



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14885 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

DECOLONIALIDADE: PROFESSORAS QUILOMBOLAS BUSCANDO A RUPTURA DE PARADIGMA NAS ESCOLAS

Soenil Clarinda de Sales - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso

Introdução

O pensamento decolonial tem colaborado para pensar a América Latina na perspectiva de uma ruptura tanto epistêmica como na retórica da modernidade, mediante a lógica da colonialidade do poder e suas derivações. Ao promover um levantamento teórico sobre a temática, nota-se o protagonismo das mulheres quilombolas com a ruptura desse paradigma de poder, eurocentrado, isto é, baseado na branquitude, heteropatriarcal e cristão.

Munanga e Gomes (2006) reconhecem que o Brasil tem um histórico de discursos racistas e políticas de exclusão, que buscam a invisibilidade, opressão e embranquecimento das criações negras nas construções estéticas, políticas, sociais e culturais. Buscando se opor a isso, opta-se, metodologicamente, pela decolonialidade na investigação científica, trazendo as mulheres professoras em evidência.

O foco sobre as mulheres quilombolas e o reconhecimento do seu protagonismo no processo de decolonialidade pretende “mostrar como certas identidades tem sido historicamente silenciadas e desautorizadas no sentido epistêmico” (Ribeiro, 2017, p.29). Este trabalho está vinculado à atividade desenvolvida no âmbito da disciplina de doutorado Seminário Avançado II, com ênfase nos Movimentos Sociais, Política e Educação Popular das Relações Raciais e Educação, junto ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE). O diálogo desenvolvido junto a dezenove mulheres quilombolas da Comunidade Campina de Pedra é trazido como resgate do interesse e valorização das experiências individuais nas escolas nas quais elas atuam.

Mulheres nos quilombos: força e resistência

Ser descendente dos povos africanos escravizados, confere à pesquisa uma potência de reencontro com mulheres que passaram por muitas adversidades e materializa uma efetiva “prática de oposição e intervenção, que surgiu no momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema mundo moderno/colonial reagiu contra os desígnios imperiais que se iniciou em 1492” (Bernadino-Costa; Grosfoguel, 2016, p. 17).

A esse respeito, Carvalho e Castilho (2022, p.46) afirmam que “a desocultação da mulher negra, ou da mulher negra e quilombola, no cenário das pesquisas e escrituras acadêmicas, está muito relacionado aos investimentos intelectuais de outras mulheres negras”.

Embora homens negros estivessem, comumente, na liderança formal dos espaços dos quilombos, não se pode desconsiderar que as mulheres negras aparecem nas memórias à frente dos debates e decisões importantes tomadas nesses espaços.

Por que mais na memória dos descendentes quilombolas do que nos registros? Para Carvalho e Castilho (2022), é fundamental abordar o feminismo negro, que dá a visibilidade necessária aos feitos das mulheres negras, o que raramente ocorre nos estudos o processo de escravização. As autoras afirmam que, quando muito, são encontrados “apenas fragmentos de escritos da história crítica, os quais dão conta de que não houve passividade ou entrega resignada por parte de mulheres, nem aos abusos sexuais, nem ao trabalho forçado, e nem a quaisquer outras violências” (Carvalho; Castilho, 2022, p.45).

A distinção que Carvalho e Castilho (2022, p.45) promovem sobre as lutas das mulheres brancas e negras permite compreender que “a mulher negra não encontrou espaço e voz para se fazer representar, embora existam registros do esforço de Bertha Lutz de inserir a questão racial nos debates, conforme matéria publicada em 14 de dezembro de 1918, no Rio de Janeiro”.

Ao analisar a obra “Beatriz Nascimento: intelectual e quilombola. Possibilidade nos dias de destruição”, lançado em 2018 em São Paulo, pela editora Filhos de África, Athaide (2022) afirma que o legado de Beatriz Nascimento, pensadora atemporal, permite a desconstrução de preconceitos em relação à persona negra, pois ela: “foi a expressão de uma pessoa pública cuja trajetória se correlaciona com os processos históricos do país – ditadura, democratização, reorganização do movimento negro –que afetam particularmente a população negra e as mulheres”.

Além disso, para Athaide (2022, p.155): “Enxergar a mulher a partir dos olhos de Beatriz é um exercício que nos permite de certa forma romper com toda uma concepção que excluiu as mulheres negras do processo histórico”. Fica, assim, evidenciada a importância de registros das trajetórias das mulheres negras fortes e resistentes e que estiveram sim presentes ao longo da História do Brasil.

Os relatos de professoras quilombolas: desafios e posicionamentos

Uma característica importante do projeto decolonial é a produção de conhecimento e de narrativas desde “corpo-políticos de enunciação” (Bernadino-Costa; Grosfoguel, p. 15), buscando isso foi realizado um diálogo com dezenove professoras da Comunidade Campina de Pedra, uma comunidade Quilombola, localizada em Poconé/Mato Grosso.

O objetivo desses encontros foi valorizar as narrativas de vida e experiências dessas professoras que ministram aulas em diferentes comunidades e diferentes escolas com suas especificidades. Existem professoras que são quilombolas e trabalham em escolas não quilombolas e professoras quilombolas que trabalham em escola não quilombolas, mas estabelecem um trabalho de sensibilidade, preocupação e responsabilidade em perpetuar uma prática pedagógica centrada na perspectiva decolonial.

Os encontros foram planejados com intervalos de 30 dias, isto é, uma vez ao mês, pelo período de três meses, gerando três encontros no total, nos quais emergiram várias temáticas relacionadas ao racismo e à decolonialidade, as respostas foram gravadas (três horas em média por encontro) e posteriormente transcritas. Aqui se destaca o tema do segundo encontro, realizado no mês junho do ano de 2023, em que o tema relativo ao preconceito velado foi bastante recorrente. As participantes da pesquisa foram identificadas conforme as letras do alfabeto, de A- S.

A professora “A” destacou que, embora no tempo atual exista um esforço significativo para combater o racismo, ele ainda se faz presente nas relações interpessoais e a escola não está imune a isso. Ela afirmou que o preconceito: “Ainda está em nós. Nós ainda estamos vivendo este processo” (Professora “A”).

A mesma professora exemplificou a questão do racismo, abordando uma vivência relacionada ao lápis de cor: “Na minha sala estes dias falaram sobre pintar o desenho da cor da pele. Então, eu cheguei e falei para a criança: Falei assim ó. Então vamos ver aqui. Parece com a cor da minha pele? Não. Perguntei para o outro, que respondeu que não. Então eu falei: Esse lápis não representa a cor da pele” (Professora “A”).

A professora “N” narrou uma vivência racista junto às crianças na Educação Infantil, quando foi desenvolver um projeto sobre brincar: “Eu estava distribuindo os brinquedos pras crianças. Ai tem uma menininha. [nome suprimido]. Ela é toda branquinha. As crianças escolheram os brinquedos. [Nome suprimido] não quis de jeito nenhum a boneca negra. Ai ela começou a chorar. Ela não queria. E na minha sala entrou o [nome suprimido] um negro Haitiano. Ela quando ia pra fila não gostava de pegar na mão dele de jeito nenhum. Por que diz que ia sujar a mão dela. Eu conversei com ela e ela pegou a boneca, mais relutando mesmo. Não ia brincar. Ela segurou na pontinha com a mão assim...”. Essa situação mostra o quanto ainda é preciso caminhar no combate ao racismo presente na sociedade brasileira.

A percepção quanto ao racismo foi um tema recorrente entre as professoras da

comunidade quilombola. Percebeu-se o desejo de aprofundar na questão, como é o caso da Professora “K”, que afirmou desejar trabalhar as relações étnico raciais na Educação Infantil, pois na sua instituição “trabalha mais o tradicional. Não trabalha diretamente com os quilombolas. A gente acrescenta temas que trabalham sobre os quilombos. A maioria do tempo no ano a gente trabalha o tradicional. Eu queria uma forma de como trabalhar as questões étnico raciais” (Professora K).

Essa angústia vem de um desejo de ruptura de paradigma, enxerga-se o viés decolonial na fala da professora, por isso se torna essencial a intenção de “provocar um posicionamento contínuo de transgredir e insurgir. O decolonial implica, portanto, uma luta contínua” (Colaço, 2012, p. 8).

Abordar questões étnico-raciais e o combate ao racismo é um desafio constante em nossa sociedade racista. Assim, a educação tem um papel fundamental na transformação dessas realidades e os profissionais da Educação desempenham um papel essencial nesse processo. Contudo, nota-se que não tem sido fácil, sobretudo no cenário de mudanças pelas quais o currículo tem passado com a instituição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A professora “L” relatou essa angústia: “Por causa da mudança que teve com a BNCC, a gente tá meio assim... meio frustrada. Meio perdida”.

Costa, Dias e Santos (2016, p.93) consideram que a formação inicial e continuada de professores deve ser “espaço de acesso e aprofundamento dos conhecimentos elaborados que colocam em pauta relações raciais e quilombos no Brasil, considerando seus aspectos históricos e sociais”.

Percebe-se que mesmo em meio aos desafios existentes do cotidiano, as professoras têm, cada uma ao seu modo, tentado percorrer caminhos decoloniais e combater as marcas de exclusão e da invisibilidade social dos povos negros, das mulheres negras nas comunidades quilombolas e fora delas.

Conclusões

A participação das mulheres negras fortalece a ótica decolonial, rumo a um caminho de visibilidade para a investigação antirracista. Nesse sentido, ouvir as professoras de uma comunidade quilombola permitiu valorizar suas narrativas e compreender algumas das suas angústias, pois unindo as vozes, é possível produzir saberes decoloniais e fortalecer o pensar crítico educacional.

Palavras-Chave: Mulheres negras. Decolonialidade. Quilombos. Perspectivas.

REFERÊNCIAS

ATHAIDE, Lucilene Guimarães. Narrativas Decoloniais: a mulher negra na obra de Beatriz Nascimento, um estudo comunicacional. Identidade!, São Leopoldo, v. 27, n. 2, p. 135-158, jul./dez. 2022.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramon. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016.

CARVALHO, Francisca Edilza Barbosa de Andrade; CASTILHO, Sueli Dulce de. A decolonialidade em direção ao feminismo negro quilombola: uma reflexão necessária. **Revista Teias**, v. 23, n. 70, jul./set. 2022.

COLAÇO, Thaís Luzia. **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

COSTA, Cândida Soares da; DIAS, Maria Helena Tavares; SANTOS, Zizele Ferreira dos. Educação Escolar Quilombola: Experiência Sobreformação De Professores Em Mato Grosso (Brasil). **Revista da ABPN**, v. 8, n.18, p.90-106, fev. 2016.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de hoje**. São Paulo, Editora Global, 2006.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala? Feminismos plurais**. Belo Horizonte: Letramento – Justificando, 2017.